

**Do propósito de defesa tardo-medieval à monumentalização do séc. XX: a afirmação urbana
do Paço Arquiepiscopal de Braga**

Maria Manuel Oliveira, João Pereira Silva

Centro de Estudos, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho
Campus de Azurém | 4800-058 Guimarães, Telefone: 00 351 253 510 981
cestudos@arquitectura.uminho.pt

A história do Paço Arquiepiscopal de Braga, sedimentada entre os séculos XIV e a actualidade, revela um edifício em permanente metamorfose, conquanto marcado por períodos de intensa ‘precipitação’ edificatória.

Implantada no espaço urbano resultante do alargamento da muralha medieval, a *domus fortis* (1332-34) iniciada pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira respondia a uma premente necessidade da defesa militar.

O abandono da função bélica do Paço Arquiepiscopal traduziu-se na posterior edificação dos corpos modernos, que a partir de D. Diogo de Sousa (arcebispo em Braga entre 1505 e 1532) se abriram sobre a rua principal da urbe, originando a sua mais notável praça. Esta ampliação fez-se em direcção à Sé, confrontando não só a cidade, como o próprio Cabido, com a afirmação da autoridade arcebispal. Progressivamente reforçando a imagem do ‘Paço’ como uno e íntegro, as sucessivas ampliações aumentaram, também, o seu significado urbano. Esta forte centralidade está explícita no mapa de Braunio (1594), onde se revela uma estrutura espacial complexa, embora com preocupações de representação urbana apenas manifestas sobre a rua do Souto.

Esta imagem, consolidada sem interrupção ao longo dos dois séculos seguintes, foi deliberadamente amplificada quando D. José de Bragança, o palaciano arcebispo bracarense, inaugurou uma nova frente urbana de afirmação do arcebispado. Com este gesto, o *Palacio Archiepiscopal* manifestava agora o seu ascendente sobre o território civil. Obra maior na cidade, desenhada por André Soares e finalizada em 1751, deu início à sistematização espacial do Campo de Touros, a praça onde se viria quase simultaneamente a construir, sob risco do mesmo arquitecto, o edifício dos Paços do Concelho.

Já no séc. XX, adequada ao proselitismo ideológico do Estado Novo, e por ele considerada como uma das mais representativas realizações com vista à ambicionada

‘restauração material, restauração moral, restauração nacional’, a intervenção efectuada pela DGEMN no entretanto semi-arruinado *Palacio* de D. José, foi o início de uma operação que abrangeu todo o conjunto e se prolongou até à década de 50. Tendo em vista a exposição da eloquente retórica do monumento, toda a envolvente foi requalificada, conformando um espaço público que lhe permitiu ser admirado nas suas múltiplas frentes. Incidindo embora especificamente sobre o desígnio de representação simbólica que acompanhou o Paço Arquiepiscopal, esta sistematização resulta de uma investigação mais alargada, em curso, que pretende contribuir para a compreensão da secular e complexa trajectória do edifício dos Paços Arquiepiscopais de Braga e do seu contributo urbano para a cidade.

Palavras-chave: arquitectura, representação, monumento, metamorfose, Paço Arquiepiscopal

Tema:

1. História da forma urbana